

## EDITORIAL: A GOVERNAMENTALIDADE MAFIOSA

*Giuseppe Cocco*<sup>1</sup>

Aos 5 jovens assassinados em Maricá (RJ)

25 de março de 2018

Sávio de Oliveira, 20 anos

Matheus Bittencourt, 18 anos

Marco Jhonata, 17 anos

Matheus Baraúna, 16 anos

Patrick da Silva Diniz

PRESENTES !

Nessa edição nº 51 da *Lugar Comum* publicamos uma coleção de artigos e ensaios que criticaram, com abordagens e perspectivas pluralistas, a narrativa do “golpe” como chave de interpretação do impeachment da Presidente Dilma Roussef. Se trata de artigos escritos em 2016, no calor do momento, quando o impeachment era apenas anunciado ou em andamento. Ao passo que a esquerda universitária foi se homogeneizando em uma posição majoritária, nós continuamos a pensar que só há devir numa posição menor. É disso que se trata.

O Dossiê é de grande interesse. A crítica da narrativa hegemônica na esquerda brasileira e ainda mais na esquerda global é uma tarefa urgente e permite fazer um balanço da constelação de posições menores que desenhavam uma linha de fuga para fora da polarização *fake* construída e imposta já nas eleições de 2014. Ao mesmo tempo, temos a oportunidade de sistematizar algumas reflexões teóricas e metodológicas sobre o conjunto de noções mobilizadas para transformar o impeachment em um golpe e, na hora em que estamos fechando essa edição, a prisão do ex-presidente Lula em "atentado" à

---

<sup>1</sup> Giuseppe Cocco, pesquisador da UniNômade, é graduado em Ciência Política pela *Université de Paris VIII* e pela *Università degli Studi di Padova*, mestre em Ciência, Tecnologia e Sociedade pelo *Conservatoire National des Arts et Métiers* e em História Social pela *Université de Paris I (Panthéon - Sorbonne)*, doutor em História Social pela *Université de Paris I (Panthéon - Sorbonne)*, Professor titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, editor das revistas *Global Brasil*, *Lugar Comum* e *Multitudes* e coordenador da coleção *A Política no Império* (Civilização Brasileira).

democracia, ao estado de direito e às garantias constitucionais em mais um episódio do que seria o "ódio das elites aos pobres".

## (1) A DEMOCRACIA E O IMPEACHMENT

Entre 1935-1936, diante da impotência das vastas mobilizações do *Front Populaire* em barrar a emergência do fascismo na França e na Europa, Georges Bataille (com André Breton) animou um grande grupo de intelectuais que produziu um manifesto chamado *Contre-Attaque*<sup>2</sup>. Por um lado, Bataille e os outros intelectuais tentavam desesperadamente afirmar que a esquerda e os movimentos populares precisavam ir além da defesa formal e burocrática de seus direitos e mobilizar algo que tenha a força de se opor realmente ao fascismo: “*Nós lutamos para transformar o mundo da impotência que é a sociedade humana onde vivemos; nós lutamos para que a onnipotência humana se liberte de um passado de miséria e disponha livremente das riquezas da terra*”<sup>3</sup>. Bataille pensa que a “*sociedade burguesa é uma organização sem potência (e que) não é enquanto autoridade que ela precisa ser combatida, mas como ausência de autoridade*”<sup>4</sup>. Ele constata que “*nenhum regime democrático estabilizado nunca foi derrubado por uma revolução clássica*”. Por que vigora esta estabilidade? “*Porque (na democracia) o descontentamento, mesmo quando generalizado, acaba – na melhor das hipóteses – formando duas correntes de pensamento divergentes. Não há mais a cabeça coroada para reunir contra ela toda a oposição, pois se acontece que um chefe de Estado ou um chefe de governo sejam objeto de uma recusa generalizada, o jogo normal das instituições o elimina, dando assim satisfação a uma parte dos descontentes*”<sup>5</sup>.

Temos aqui uma bela definição do papel jurídico e político da figura constitucional do impeachment. Em primeiro lugar, é um instituto jurídico típico da democracia representativa que funciona como válvula de escape que permite evitar a “revolução” e também o “golpe”. É a válvula que regimes autoritários como o venezuelano, o cubano ou o chinês não têm. Em segundo lugar, essa capacidade que tem o sistema representativo de se flexibilizar (mudando de governo) faz com que se produza

---

<sup>2</sup> Georges Bataille, André Breton, *Contre-Attaque*, Union de lutte des intellectuels révolutionnaires - 1935 - 1936, Ypsilon, Paris, 2013

<sup>3</sup> Ibid., p. 68.

<sup>4</sup> Ibid., p. 67.

<sup>5</sup> Ibid., p. 57.

uma inversão política que Bataille define nesses termos: “(nos casos dos regimes autocráticos) é a autoridade que se torna intolerável. Na democracia, é a ausência de autoridade”<sup>6</sup>. Contudo, o funcionamento dessa flexibilidade não é sempre o mesmo nas democracias. Nos sistemas parlamentares, tudo isso se resolve pela “simples” mudança do primeiro ministro (como no caso do Reino Unido ou da Itália). Até o sistema presidencial francês prevê essa possibilidade pela mudança do primeiro ministro, inclusive com a possibilidade de ter o presidente e o primeiro ministro oriundos de forças políticas que estão em oposição entre elas (a *cohabitation*). Cabe lembrar o caso dos Estados Unidos, onde o impeachment é um instituto particularmente rígido e isso talvez explique em parte o altíssimo número de presidentes norte-americanos que foram assassinados. No caso do Brasil, o sistema presidencial faz com que o impeachment seja um instituto necessário e ao mesmo tempo lhe confere uma dimensão particularmente traumática. Nada que tenha impedido a esquerda e o PT de participar com entusiasmo à campanha pela destituição do primeiro presidente democraticamente eleito, em um período em que as instituições democráticas eram ainda mais precárias do que são ainda hoje. Curiosamente, um dos senadores do PT mais ativos na propagação do discurso que reduz o processo de impeachment a um “golpe” nasceu politicamente como um líder dos “caras pintadas”, os jovens que se coloriam com as cores do Brasil durante as manifestações pela destituição de Fernando Collor, em 1992. Então, em primeira instância, o impeachment como instituto é parte importante do funcionamento *jurídico* da representação democrática e responde a uma necessidade *política*: acolher o clamor das ruas e dos protestos, mesmo que isso possa ser apenas superficial. Nesse sentido, o impeachment da ex-presidente Dilma Roussef foi mesmo um “impeachment” clássico, seja no plano jurídico ou político. Que a “Elba” do Collor fosse uma “prova” acusatória mais forte que a “pedalada fiscal” da Dilma é algo que fica por conta dos exercícios retóricos dos dois campos que se formaram na época e não tem nenhum peso em um dispositivo jurídico que diz respeito a um processo eminentemente político diante do clamor social.

## **(2) O GOLPE DE MÁGICA.**

---

<sup>6</sup> Ibid., p.58.

No momento em que o destino da Dilma estava selado, o PT e o campo da esquerda em geral passaram a veicular a narrativa do golpe e essa se tornou amplamente majoritária, envolvendo o voto crítico de 2014 e até boa parte do esquerdismo, do ativismo que se diz anarquista e inclusive com o apoio da intelectualidade global que se mostrou nessa situação como uma verdadeira nomenclatura. Se trata de uma narrativa duplamente *falsa*. Não somente porque o impeachment é um procedimento perfeitamente constitucional, mas pelo fato que essa narrativa do “golpe” não tinha (e não tem) nenhuma intenção (e sequer nenhuma chance) de suscitar a mobilização social necessária a enfrentar o impeachment. O golpe é na realidade um “golpe de mágica”. Por um lado, ele transforma a causa em um efeito (pior, em uma “vítima”); por outro, aposta na mudança institucional que o impeachment viabiliza para se proteger das verdadeiras ameaças. Nesse sentido, é mesmo um “golpe de mestre”, porque não é fácil fazer entrar a quase totalidade do mundo intelectual em uma armadilha tão grosseira: a oposição meramente formal e jurídica interpretada pelo advogado que ocupava o cargo de Ministro da Justiça (“é golpe!”, “não há provas!”, “é um golpe midiático-parlamentar!” etc.) levava a uma oposição real suficiente para chantagear todo o campo da esquerda (“barrar a onda fascista”, “fora Cunha”, “fora Temer”, “Lula livre”) e totalmente aquém de qualquer intenção de se opor concretamente ao impeachment. A oposição *formal* transforma o PT e o Lula em vítimas e as causas (da crise) em efeitos (da crise como “golpe” e como “complô” da “elite branca”, a mesma da qual Lula era o estertor). PT, Dilma e Lula passaram assim, tranquilamente, da condição de responsáveis pela violentíssima recessão e o estelionato eleitoral a vítimas de um “golpe” ao passo que desemprego, quebra-deira e violência iam parar no colo do Temer. Assim, o povo do Rio, massacrado pelas consequências da orgia de roubos, remoções, megaeventos, obras inúteis e máfias, deveria – na narrativa Ninja – se mobilizar para defender o Lula e o PT, seus algozes (claro, juntamente ao Cabral e ao Temer). Obviamente, isso não aconteceu. Mas, no mundo das ideias o que conta são apenas as imagens e os recursos que se tem para multiplicá-las nas redes sociais.

O PT passou 14 anos no governo federal atribuindo toda e qualquer mazela brasileira ao Pedro Álvares Cabral ou ao Fernando Henrique Cardoso. Já antes do processo de impeachment ter acabado, a culpa pela maior crise econômica da história brasileira (ajuste desajustado, 10% de recessão, tarifaço, fraude eleitoral, a falência do Estado do Rio de Janeiro etc.) já era do Cunha e do Temer. Tudo isso passou a ser apimentado com exercícios retóricos voltados para alimentar a busca esquerdista e

ativista por formulas moralistas e justicialistas: “é a elite que não aguenta mais pobre viajando de avião”, eis uma das fórmulas mais estapafúrdias e mais bem propaladas pelos setores da própria elite que estão no esquerdismo, entre complexos de culpa e ilusões de radicalismo. Uma outra fórmula desse mesmo tipo, um pouco mais sofisticada, foi de passar a gritar contra a “privatização” de uma Petrobras que o governo do PT e do PMDB simplesmente despojaram, em um caso de escola do que David Harvey chama de exploração por *espoliação*. Mas, a oposição *real* nunca passou, exatamente por causa disso, do nível das mobilizações dos aparelhos que ainda cabem na galáxia do PT (CUT, MST, MTST) e do sectarismo esquerdista, mesmo que dividido. Pior, a cada vez que chegava a hora “h”, a parafernália da “luta contra o golpe” recuou cuidadosamente até o ponto não apenas de desaparecer, mas de sustentar abertamente o campo do governo Temer: quando o grande “inimigo” Cunha foi parar na cadeia, o “fora Cunha” foi esquecido para manter a narrativa da “perseguição”; quando a gravação ambiental do Sergio Machado mostrou que o pacto que sustenta o impeachment inclui a proteção do Lula, o nome do Lula foi apagado (e continua sendo nesses últimos dias nos memes lulistas); quando chegou a possibilidade de destituir o Temer no STF, o “fora Temer” muito simplesmente sumiu do mapa, não houve sequer mobilização de aparelho e os advogados do PT ajudaram o Temer a se salvar. Mas foi com o caso Aécio que chegamos à explicitação: o PT apoiando a movimentação de toda a classe política contra o STF para impedir que o senador tucano fosse cassado e preso. Esse é o golpe de mágica da narrativa do golpe: *multiplicar a oposição ideal ao impeachment e, na realidade, torcer pelo seu sucesso*.

Entre a mobilização formal “radical” e a ausência de mobilização real, nós temos mesmo a confirmação do que dizia Bataille, mas pelo avesso. A ausência de autoridade que Bataille lamenta como característica da democracia é na realidade a presença de uma outra autoridade: aquela cínica alimentada por doses cavalares e crescentes de manipulação da comunicação, até o ponto de se afirmar como “ideia” pura. Tudo isso começou na criminosa campanha eleitoral de 2014, com relação à qual seria interessante saber quantos recorreram ao uso da colonização das redes sociais – seja o PT ou os tucanos – com mecanismos como esses que o caso do Cambridge Analytica e do Facebook vem revelando. A pós-verdade e as *fake news* começaram no Brasil e os petistas e tucanos foram vanguardas da nefasta inovação.

Mas, como na história de Goethe, os atalhos das mágicas sempre correm o risco de se voltar contra o próprio feiticeiro e tudo isso apareceu não tanto no desfecho parcial

que é a prisão do próprio Lula (decretada para o 7 de abril e realizada no dia 8 de abril), mas nas condições jurídico-institucionais de sua luta pela sobrevivência. Essas dependem *realmente* do sucesso que o governo Temer, com apoio de toda a classe política, terá em voltar ao *status quo* anterior à Lava Jato para fazer que a corrupção sistêmica e geral continue funcionando como o mecanismo fundamental da governamentalidade brasileira. Uma governamentalidade que desce do Planalto até os territórios das chamadas milícias e desses para cima, passando por Câmaras de Vereadores, Assembleias Legislativas e outros Tribunais de Contas. Uma corrupção que se mostrou assassina no brutal assassinato da vereadora do Psol do Rio, Marielle Franco, e dos 5 jovens de Maricá<sup>7</sup>.

O que antes era implícito e mistificado ficou claro na véspera da prisão. A composição do voto no STF não poderia ser mais explícita: todo o entulho conservador ou fisiologista votou pela concessão do HC e ainda luta pela revisão da jurisprudência sobre a execução da prisão em segunda instância, com o Gilmar Mendes na primeira linha. Quando ataca o levante de junho de 2013, dizendo que foi o início da perseguição contra ele, Lula está falando a *verdade do que pensa* e condensa toda a situação: o problema não é por ele (e a grande maioria do PT) ter cedido às sereias da corrupção, mas por essa passar a ser combatida realmente a partir do arcabouço legal assinado por Dilma no calor do levante de junho. É como alguém que diz: "mas como, a festa acabou logo agora que eu acabei de chegar?!". A retórica postiça da perseguição serve para mistificar a realidade dos tradicionais esquemas de corrupção que Lula e o PT participaram e requalificaram em pior.

Inútil negar que o lulismo foi bem-sucedido em levar a quase totalidade da esquerda para o mesmo túmulo no qual ele se colocou e colocou o PT. Socialmente isso aparece nas fracas mobilizações que acompanharam sua prisão: mais uma vez, o que funcionou foi mesmo a produção retórica de imagens falsas para tentar preencher uma "ideia" totalmente vazia. O espetáculo como alfa e ômega de um culto da personalidade cada vez mais explícito e morto. Enquanto isso, sua salvação jurídica está nas mãos, literalmente, do que há de mais retrogrado, o Gilmar Mendes. Mesmo que decadente, o PT dispõe ainda de aparatos consistentes: parlamentares, governadores, prefeituras, sindicatos e os tais "movimentos sociais organizados" e isso é mais do que suficiente para explicar a dimensão "cativa" das mobilizações orquestradas, mas também daquelas que foram evitadas.

---

<sup>7</sup> <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/cinco-adolescentes-sao-mortos-a-tiros-em-marica-rj.ghtml>

Quais são então as razões que levaram a esquerda inteira a seguir como um rebanho o grande líder numa defesa suicida da corrupção que não é dela? O que fez o PSOL do Rio de Janeiro até esquecer o nome de sua militante barbaramente assassinada para fazer um circo em torno da defesa do Lula, para deixar ele se comparar a ela, ele que é chefe de um partido que sujou as mãos com doleiros, bicheiros, milicianos e isso exatamente no Rio de Janeiro, um partido que nunca se empenhou a esclarecer os assassinatos de Celso Daniel e Toninho de Campinas? Como podem um monte de “defensores” da causa indígena fechar os olhos diante do preço do Triplex de Guarujá e da participação do Lula junto à OAS nas tentativas de impor aos índios do Tipnis (na Bolívia) a estrada que a empreiteira brasileira queria construir com dinheiro do BNDES?

Podemos avançar diferentes hipóteses. Uma, geral, diz respeito ao papel da *produção simbólica* na esquerda. Uma segunda é mais específica ao modo de ser do “*esquerdismo*”. Uma terceira, à qual dedicamos a terceira parte desse editorial, é a questão e o papel do *garantismo jurídico* e do *abolicionismo penal*.

Em primeiro lugar, a “esquerda” é mesmo pura transcendência, uma ideia abstrata, e não é por acaso que o Lula falou disso em seu discurso abertamente e assumidamente messiânico no dia de sua entrega à prisão. A essa transcendência se curvaram vergonhosamente até os filósofos da imanência, talvez sob o peso dos anos de prisão vividos: abençoam Lula e o PT e manifestam um silêncio cúmplice com o genocida Maduro, repetindo o vexame da cobertura intelectual aos crimes do socialismo real na URSS e na China maoísta. O teórico da autonomia grita “Viva Lula, além de Lula” ao passo que o psicanalista pop Slavoj Žižek justifica o “terror” chavista contra os venezuelanos: “*In such conditions is a kind of terror (police raids on secret warehouses, detention of speculators and the coordinators of shortages, etc) not fully justified as a defensive counter-measure ?*”<sup>8</sup>.

Essa transcendência é cega e se nutre de símbolos e fetiches. Só que o fetichismo da esquerda é o pior que possa existir, ao passo que só vive disso, se afirma como sendo contra o fetiche e isso significa não apenas que os outros fetiches merecem ser eliminados (pelo estigma ou pela justiça “popular”), mas que ele purifica os seus de maneira instantânea: a elite é golpista, mas os ricos petistas e seus jatinhos são populares; Lula é preso por ser o pobre que quis fazer política, mas seus comparsas são os maiores milionários do Brasil: Eike Batista, Marcelo Odebrecht, Leo Pinheiro, Bumlai etc. Assim,

---

<sup>8</sup> *The Courage of Hopelessness. Chronicles of a Year of acting Dangerously*. Allen Lane, London, 2017.

Lula é totalmente solúvel, como Nescafé. Até os mais ferozes críticos ao longo de 14 anos de governo do PT passam a adorar o bezerro quando esse opera a transmutação. Mesmo aqueles que escreveram páginas de livros sobre a corrupção do PT, na hora "h", ajoelham-se na frente do fetiche. Tudo passa pela contínua renovação do fetiche, a multiplicação de sempre novos símbolos vazios: como faziam Mussolini, Stalin e Hitler, como ainda fazem o peronismo e o castrismo, como fez o chavismo. Não é do Lula que ganhou e governou que falamos, mas do Lula politicamente morto, que continua vivo apenas como fetiche.

A importância do fetichismo e sua dimensão autoritária aparece claramente quando Lula e o PT defendem a ditadura de Maduro: se trata de alimentar a qualquer custo o mito de uma radicalização, mesmo que isso leve a explicitar o fundo autoritário do projeto de poder. Não é por acaso que a intelectualidade internacional supostamente democrática assinou um sem número de manifestos contra o golpe no Brasil e se cala sobre o Maduro. Isto quando não o apoia e manda calar as críticas sobre ele. Eis que no dia da prisão, o que os fiéis passam a chorar não é a perda das conquistas reais, mas tão apenas a perda do símbolo.

Uma segunda explicação sobre o sucesso das narrativas do lulismo é a adesão massiva do esquerdismo, em particular do PSOL. O pequeno PSTU, que resistiu a essa chantagem perdeu a metade de seus quadros por causa disso. Não se trata apenas de avaliações (a nosso ver erradas) de dirigentes que pensam em ter condições de disputar o espólio do PT, mas da própria maneira de ser do "esquerdismo". O esquerdismo não herdará o espólio do lulismo, simplesmente porque o lulismo conseguiu romper o gueto ideológico onde a esquerda se fixava. Aqui está a armadilha: o esquerdismo, que é uma forma de moralismo, criticava Lula por dizer que "não era de esquerda, mas apenas um metalúrgico". Isso é um duplo paradoxo. O que fazia a força de Lula era mesmo essa sua capacidade de não se prender à ideologia e realmente dialogar com o "povo", com os pobres. Mas isso virou "lulismo" e o lulismo foi comprado, passou a fazer parte da governamentalidade mafiosa e neoescravagista do biopoder no Brasil. Diante disso, Lula e o PT passaram a dizer que são o que negavam ser: "esquerda" e que são perseguidos não por serem corruptos, mas por "serem de esquerda". Se isso não determinou nenhuma movimentação social maior, levou o esquerdismo ao suicídio político. Para o esquerdismo moralista, é impossível resistir a esse apelo maniqueísta, pois isso diz respeito à sua maneira de ser (mesmo que essa não se reduza a isso e que ele desempenhe, por exemplo no Rio de Janeiro, um papel fundamental e corajoso de resistência à máfia do poder). É,

pois, pelas mesmas razões que o PSOL apoia o Maduro (como apoiava o militar Chavez), ao passo que é contra a intervenção federal no Rio dirigida por militares. O PT o faz por mero cinismo, o PSOL porque acredita mesmo nisso. Ficamos com a pergunta de saber o que é realmente pior. Chegamos assim à terceira explicação do "sucesso relativo" do petismo em chantagear a esquerda e até o ativismo. Dessa tratamos no próximo e último ponto.

### **3) GARANTISMO E ABOLICIONISMO: O MOMENTO MAQUIAVELIANO**

O garantismo jurídico e o abolicionismo penal são temas animados por redes de juristas, trabalhadores da área de segurança (juízes, policiais) e ativistas que são fundamentais para a defesa dos direitos humanos no Brasil. A defesa dos direitos humanos no Brasil é um desafio gigantesco pois vivemos uma situação paradoxal: por um lado, para a grande maioria da população esses apenas existem no papel; pelo outro, esse mesmo fato cria as condições de um conflito generalizado que não apenas os fere, mas cria e alimenta uma demanda generalizada por "menos direitos" e "mais punição". Contrariamente ao que boa parte da esquerda diz e ao que agora o PT tem interesse em dizer, essa demanda não está nos setores mais ricos da população (mesmo que parte deles tenham aderido a isso), mas está difusa nos bairros e nos territórios onde a população pobre vive dominada por um tremendo sistema de opressão que mistura polícia, milícias e os vários comandos de narcotráfico.

Aqui não nos interessa muito o fato que o cinismo do marketing lulista se coloque como vítima do que seria um "estado de exceção" e de uma justiça que atentaria aos direitos humanos. O que nos interessa é uma outra discussão, com os militantes que realmente lutam por direitos (o garantismo) e justamente colocam no cerne dessa luta o abolicionismo penal. Sim, no Brasil a luta pela abolição da punição é fundamental e só ela pode dar sentido ao garantismo. Mas, em primeiro lugar, essa precisa ser uma luta e, em segundo lugar, essa luta precisa ser mesmo contra o sistema material de dominação e não apenas (e nem tanto) contra sua representação formal. O voto da Ministra Rosa Weber no dia 4 de abril de 2018 é emblemático e funciona como um caso heurístico. Em termos jurídicos, ela confirmou sua defesa do garantismo (e o fato de ser contra a prisão antes do trânsito em julgado) e ao mesmo tempo votou contra o Habeas Corpus em nome do que é chamando de "estabilidade jurídica" (não mudar a interpretação da lei da noite para o dia). Mas, em termos políticos, se trata de outra coisa: Rosa Weber votou contra o uso

peçoal da Lei e pelos que Raimundo Faoro chamava de “donos do poder”. Gilmar Mendes, em 2016, não apenas votou pela prisão em segunda instância como foi um dos maiores formuladores daquela maioria que naquele momento servia para o impeachment e agora, diante de uma Lava Jato que ameaça todo o sistema de poder e sua governamentalidade mafiosa, quer dobrar a jurisprudência aos seus interesses. Aqui não se trata de pensar que a radicalização democrática virá pelas mãos de juízes e polícia federal, mas que a luta contra a governamentalidade mafiosa é fundamental para que as garantias sejam reais e para avançar no terreno do abolicionismo penal.

Estamos em pleno momento maquiaveliano: opor os meios (a luta contra a corrupção) aos fins (o garantismo jurídico) é hoje assumir uma postura totalmente moralista e abstrata para permitir que o punitivismo contra os pobres, esse produzido pela governamentalidade mafiosa, permaneça e aumente. Os pobres não são punidos apenas quando são assassinados ou quando vão para as masmorras que o PT deixou intactas ao passo que construía estádios, barragens e campos de concentração chamados de Minha Casa Minha Vida, eles também são punidos todos os dias nos ônibus infames que o levam ao trabalho como gado, quando têm que pagar imposto ao sistema de milícias e batalhões, assim como têm que votar para o vereador ungido. Para os pobres poderem fazer política, o desmonte da governabilidade mafiosa é decisivo: o milagre de junho de 2013 foi mesmo de ter aberto uma brecha por onde os pobres podiam fazer política fugindo para fora do campo que é a periferia das grandes cidades brasileiras: não por acaso, no Rio de Janeiro, foi um levante contra Cabral e Paes, os aliados regionais do Lula e do PT. Essa luta continua também na luta contra a corrupção, aquela que a Marielle e os 5 jovens de Maricá faziam.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:**

ZIZEK, Slavoj. *The Courage of Hopelessness. Chronicles of a Year of acting Dangerously*. Londres: Allen Lane, 2017.

